COMISSÃO
EUROPEIA

Estrasburgo, 15.2.2022
SWD(2022) 31 final

DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO

RELATÓRIO DO RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO

que acompanha o documento

REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

que estabelece o programa Conectividade Segura da União para o período 2023-2027

{COM(2022) 57 final} - {SEC(2022) 77 final} - {SWD(2022) 30 final}

Avaliação de impacto da proposta relativa à criação de um sistema da UE de comunicação mundial seguro baseado no espaço

A. Necessidade de agir

Porquê? Qual é o problema em causa?

As megatendências da hiperconectividade digital e da transformação tecnológica estão a suscitar um aumento sem precedentes da procura de serviços dependentes de tecnologias de ponta para melhorar a segurança, a proteção e a resiliência. A rápida evolução do sistema internacional faz da conectividade mundial por satélite um recurso estratégico para a segurança e para a proteção. A nível da UE, as necessidades de comunicação governamental por satélite estão a aumentar quantitativamente e a evoluir qualitativamente, no sentido de soluções com mais segurança, baixa latência e maior largura de banda. O problema essencial é, portanto, a existência de um desfasamento entre estas necessidades governamentais em rápida evolução e a ausência de soluções da UE disponíveis (tanto a nível nacional como europeu) em matéria de serviços de comunicação por satélite seguros, fiáveis e diversificados, nomeadamente os baseados nas tecnologias mais avançadas de média e baixa órbita terrestre. Os principais fatores são o aumento do nível de ameaças híbridas e ciberameaças, o caráter evolutivo das necessidades de comunicações por satélite governamentais seguras, no sentido de baixa latência e de cobertura global, bem como a falta de capacidade dos recursos espaciais para dar resposta à evolução das necessidades. Os intervenientes governamentais dos Estados-Membros são os mais afetados, com impacto também na segurança e proteção de todos os cidadãos da UE. Além disso, são ainda diretamente afetados o espaço europeu (incluindo o Novo Espaço) e a competitividade da indústria digital europeia. De um ponto de vista mais amplo, este problema pode afetar a credibilidade da UE e dos seus Estados-Membros enquanto intervenientes no domínio da segurança na cena mundial.

O que se espera alcançar com esta iniciativa?

O objetivo geral é salvaguardar a soberania e a segurança da UE, aumentando a oferta de soluções de comunicação por satélite resilientes, globais, garantidas e flexíveis, assentes numa base tecnológica e industrial europeia. Com base no GOVSATCOM da UE e na EuroQCI e seguindo uma abordagem estritamente baseada nos serviços, a iniciativa proposta será capaz de colmatar várias lacunas de capacidade, principalmente para os utilizadores governamentais, fornecendo soluções com mais segurança, baixa latência e maior largura de banda. Para o efeito, a baixa latência e a maior largura de banda serão alcançadas através do lançamento de recursos multiorbitais (de baixa e média órbita, para além dos atuais recursos geoestacionários), e o reforço da segurança será obtido através da criptografia quântica (EuroQCI). A conceção do sistema, em conjunto com um desenvolvimento e uma implantação incrementais, poderão ter início a partir de 2023. O lançamento dos primeiros novos satélites e a utilização da capacidade de comunicação por satélite existente permitiriam a prestação de serviços iniciais e o ensaio da criptografia quântica em órbita até 2024-2025. A implantação plena da constelação espacial na com a criptografia quântica integrada conduziria a uma capacidade operacional total em 2027.

Qual é o valor acrescentado da ação a nível da UE?

De forma independente, os Estados-Membros não são capazes de alcançar de forma suficiente os objetivos da iniciativa proposta, uma vez que só ao nível da UE é possível dar resposta à escala e à dimensão global das necessidades em evolução e dos custos conexos. A ação e a coordenação ao nível da UE evitariam a duplicação de esforços em toda a União e nos Estados-Membros e aumentariam as sinergias entre as capacidades atuais e futuras, bem como entre as comunidades civis, espaciais e de segurança. Conduziria a uma melhor exploração dos recursos existentes (e, por conseguinte, a economias de escala), a mais segurança e resiliência (nomeadamente através da criptografia quântica), a uma cobertura geográfica melhor e ininterrupta e à prestação de um maior conjunto de serviços flexíveis. Todos os cidadãos europeus beneficiariam diretamente, da mesma forma, do reforço da eficácia operacional da iniciativa.

B. Soluções

Quais foram as opções legislativas e não legislativas ponderadas? É dada preferência a alguma delas? Porquê?

Para colmatar a lacuna de capacidade na prestação dos serviços governamentais necessários, foram consideradas as seguintes opções políticas para alcançar o objetivo da forma mais eficaz e eficiente: em primeiro lugar, foi ponderado se a UE poderia adquirir estes serviços acreditados seguros a partir de soluções

estabelecidas dos setores público ou privado, que neste momento estão limitadas a fornecedores de serviços do mercado estrangeiro (**opção 3 — constelação fora da UE**). Embora o mercado de comunicação por satélite da UE já esteja bem desenvolvido, não há atualmente fornecedores da UE que possam satisfazer todas as necessidades crescentes e em evolução dos governos. A aquisição de serviços a fontes privadas de países terceiros não é a solução preferível do ponto de vista da segurança e da autonomia estratégica. Por conseguinte, a UE tem de agir para assegurar a prestação destes serviços financiando integralmente e adquirindo o seu próprio sistema (**opção 1 — totalmente público**) ou estabelecendo uma parceria público-privada (**opção 2 — sob a forma de concessão**). Esta última foi considerada a opção preferida, que proporciona um bom equilíbrio entre as necessidades de segurança e fiabilidade dos Estados-Membros da UE e os encargos financeiros relacionados com a implantação e o funcionamento do sistema. Esta opção permitiria igualmente ao parceiro privado implantar elementos de infraestrutura adicionais para prestar serviços comerciais.

Quem apoia cada uma das opções?

Os resultados da consulta pública e de outras consultas específicas revelaram o seguinte:

- Várias partes interessadas dos Estados-Membros apresentaram reações positivas relativamente à opção de parceria público-privada, com base na integração da atual capacidade GOVSATCOM da UE e nas indicações sobre os compromissos nacionais no sentido do desenvolvimento de capacidades de comunicação por satélite adicionais.
- As partes interessadas da indústria, tanto a indústria já consagrada como o ecossistema do Novo Espaço, mostraram-se favoráveis ao modelo de parceria público-privada, tendo em conta a possibilidade de prestar serviços comerciais adicionais e investir em conformidade.
- Os operadores de constelações de países terceiros apoiaram a opção 3, segundo a qual a União adquiriria serviços dos seus sistemas.

C. Impactos da opção preferida

Quais são os benefícios da opção preferida (se existir, caso contrário, das principais opções)?

A opção preferida permitiria à UE obter um sistema de conectividade seguro baseado no espaço a um custo inferior, uma vez que a União partilharia a conceção, o desenvolvimento e a implantação com o operador privado. A participação do setor privado gera benefícios adicionais: a concorrência durante o processo de concessão permitiria a criação de soluções inovadoras e reforçaria a competitividade da indústria da UE. Além disso, os concessionários também explorariam o sistema para serviços comerciais, criando assim benefícios adicionais para os setores a jusante; o desenvolvimento de um novo sistema contribuiria significativamente para a economia industrial da UE (para os intervenientes privados tanto a montante como a jusante), criando novos postos de trabalho e aumentando o valor acrescentado bruto (VAB) da indústria espacial europeia. Os cidadãos beneficiariam das vantagens tecnológicas e da fiabilidade da comunicação por satélite. A pegada social dos serviços de comunicação por satélite poderia ir além dos contextos governamentais estritos e permitir ultrapassar o fosso digital através do fornecimento de banda larga a zonas não conectadas.

Quais são os custos da opção preferida (se existir, caso contrário, das opções principais)?

O custo total da infraestrutura tem um valor aproximado na ordem dos seis mil milhões de EUR. Um financiamento misto, sob a forma de uma parceria público-privada (PPP) poderia ser estruturado do seguinte modo: quatro mil milhões de EUR do setor público (UE e Estados-Membros) e dois mil milhões de EUR do setor privado.

Como serão afetadas as empresas, as PME e as microempresas?

Indústria espacial (incluindo o Novo Espaço): promoção da inovação nas tecnologias espaciais a montante, nos lançadores e nas aplicações a jusante, que lhes permitirão aumentar a sua competitividade a nível mundial. Indústria digital: a exploração de um tal sistema permitirá aos operadores de telecomunicações beneficiar de uma capacidade acrescida e de serviços fiáveis e seguros. Além disso, a dimensão comercial permitirá que os serviços retalhistas cheguem a mais consumidores em toda a UE. Todas as outras empresas beneficiarão da ligação segura e fiável, que lhes permitirá prestar novos serviços e estar menos vulneráveis a ciberameaças e a perturbações do serviço.

Haverá impactos significativos nos orçamentos e administrações nacionais?

Com a aplicação da opção preferida, não haverá impactos significativos nos orçamentos e administrações nacionais. Os utilizadores governamentais teriam de adaptar o seu equipamento para beneficiar do serviço. No entanto, isto não implica um investimento significativo.

Haverá outros impactos significativos?
A opção preferida teria um impacto positivo na competitividade global da indústria espacial europeia, em especial no domínio das operações de constelações multiorbitais e multissatélite. Além disso, com a aplicação da opção preferida, através do controlo do sistema, a UE asseguraria que este fosse concebido e operasse de forma sustentável e em conformidade com as normas existentes de proteção do ambiente espacial.
D. Acompanhamento
Quando será revista a política?
O sistema seria avaliado de quatro em quatro anos, com base em indicadores-chave de desempenho específicos relevantes para a sua capacidade de responder a lacunas de capacidade identificadas nas necessidades dos utilizadores governamentais, garantir o acesso ininterrupto a soluções de comunicação por satélite seguras e no nível adequado de não dependência de países terceiros.